



Contemporânea

Contemporary Journal

Vol. 5 Nº. 2: p. 01-21, 2025

ISSN: 2447-0961

Artigo

ENSINO RELIGIOSO À LUZ DA BNCC: DO CONFSSIONAL A LAICIDADE

RELIGIOUS EDUCATION IN THE LIGHT OF BNCC: FROM CONFSSIONAL TO SECULARITY

LA EDUCACIÓN RELIGIOSA A LA LUZ DE LA BNCC: DE LA CONFESIONALIDAD A LA SECULARIDAD

DOI: 10.56083/RCV5N2-070

Receipt of originals: 01/10/2025

Acceptance for publication: 01/31/2025

Cristiane Rodrigues da Silva Machado

Mestranda em Ciências das Religiões

Instituição: Faculdade Unida de Vitória (FUV)

Endereço: Vitória, Espírito Santo, Brasil

E-mail: cristyrmachado@gmail.com

RESUMO: Este artigo explora a transição do ensino religioso confessional para uma perspectiva laica conforme delineado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil. Através de uma análise discute-se a importância da laicidade em um país plural e as implicações para a prática docente. Historicamente, o ensino religioso no Brasil esteve fortemente vinculado ao catolicismo, refletindo a influência predominante da Igreja Católica no sistema educacional. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e sua subsequente alteração pela Lei nº 9.475/97, o ensino religioso passou a ser facultativo, mas ainda faltavam diretrizes claras para garantir uma abordagem laica e pluralista. A criação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) foram passos importantes para redefinir a identidade do ensino religioso e promover o respeito à diversidade religiosa. A implementação de uma abordagem laica no ensino religioso apresenta desafios significativos, incluindo a falta de formação específica para professores e a escassez de materiais didáticos adequados. No entanto, essa abordagem é essencial para promover a tolerância, o respeito às diferenças e a convivência democrática.



PALAVRAS-CHAVE: ensino religioso, laicidade, BNCC, educação, pluralismo.

ABSTRACT: This article explores the transition from confessional religious education to a secular perspective as outlined by the Common National Curricular Base (BNCC) in Brazil. Through an analysis, the importance of secularism in a pluralistic country and its implications for teaching practice are discussed. Historically, religious education in Brazil has been strongly linked to Catholicism, reflecting the predominant influence of the Catholic Church in the educational system. With the enactment of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) No. 9,394/96 and its subsequent amendment by Law No. 9,475/97, religious education became optional, but clear guidelines were still lacking to ensure a secular and pluralistic approach. The creation of the Permanent National Forum for Religious Education (FONAPER) and the development of the National Curricular Parameters for Religious Education (PCNER) were important steps in redefining the identity of religious education and promoting respect for religious diversity. Implementing a secular approach to religious education presents significant challenges, including the lack of specific training for teachers and the scarcity of appropriate teaching materials. However, this approach is essential to promote tolerance, respect for differences and democratic coexistence.

KEYWORDS: religious education, secularism, BNCC, education, pluralism.

RESUMEN: Este artículo explora la transición de la educación religiosa confesional a una perspectiva secular tal como se describe en la Base Curricular Nacional Común (BNCC) en Brasil. A través de un análisis, se discute la importancia del laicismo en un país plural y las implicaciones para la práctica docente. Históricamente, la educación religiosa en Brasil ha estado fuertemente ligada al catolicismo, lo que refleja la influencia predominante de la Iglesia Católica en el sistema educativo. Con la promulgación de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) nº 9.394/96 y su posterior modificación por la Ley nº 9.475/97, la educación religiosa pasó a ser optativa, pero aún faltaban directrices claras para garantizar una educación laica y pluralista. La creación del Foro Nacional Permanente de Educación Religiosa (FONAPER) y la elaboración de los Parámetros Curriculares Nacionales de Educación Religiosa (PCNER) fueron pasos importantes hacia la redefinición de la identidad de la educación religiosa y la promoción del respeto a la diversidad religiosa. La implementación de un enfoque secular en la educación religiosa presenta desafíos importantes, incluida la falta de capacitación específica para los docentes y la escasez de materiales de enseñanza adecuados. Sin embargo,



este enfoque es esencial para promover la tolerancia, el respeto a las diferencias y la coexistencia democrática.

PALABRAS CLAVE: educación religiosa, secularismo, BNCC, educación, pluralismo.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo do Ministério da Educação que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo compreender o Ensino Religioso à luz da BNCC. O ensino religioso deve adotar uma abordagem não confessional, uma vez que o Estado, desde o início, não conseguiu efetivar uma Diretriz Nacional Curricular Comum para essa disciplina. Historicamente, observou-se uma forma de doutrinação voltada predominantemente para o catolicismo. Como resultado, a educação permaneceu atrelada a grupos religiosos que utilizavam o ambiente escolar para expor suas convicções e crenças religiosas.

Dessa forma, o estudo em tela tem como principal objetivo compreender com uma discussão a importância da laicidade em um país plural e as implicações para a prática docente, de acordo com a BNCC. Ressalta-se que, no âmbito do sistema educacional brasileiro, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, com a primeira alteração e nova redação do artigo nº 33 pela Lei nº 9.475/97, a oferta do Ensino Religioso permaneceu facultativa, com manifestações alternadas de temáticas não condizentes a essa área de conhecimento. Isso ocorreu devido à ausência de diretrizes nacionais



capazes de produzir uma ação pedagógica autônoma e reflexiva, respeitando a diversidade cultural, étnica e religiosa.

Para contextualizar essa abordagem, evoca-se Silva (2018), que destaca o surgimento, em 1996, no Estado de Santa Catarina, de um movimento de educadores para construir uma nova concepção de Ensino Religioso. Esse movimento resultou na criação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), uma entidade constituída por professores e pesquisadores que, ao longo de duas décadas, dialogaram e construíram um ensino não confessional. Esse ensino é pautado no estudo do fenômeno religioso, no respeito à diversidade cultural, nos direitos humanos e na cultura da paz. As iniciativas e ações desse movimento desencadearam inúmeros encontros e eventos nacionais com pautas importantes para a mudança de concepções e formatos na oferta do Ensino Religioso, direcionando-o como uma área de conhecimento institucionalizada no currículo escolar, conforme a nova redação do artigo 33 da LDB.

Essas mobilizações resultaram na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular para o Ensino Religioso, que constam nas prerrogativas da Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 e na Lei nº 9.475/97. Os estudos, debates e documentos produzidos pelo FONAPER, como os Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso, foram selecionados para nortear este estudo.

A temática religiosa tem sido cada vez mais explorada em diversos ambientes, incluindo a sociedade em geral e o ambiente escolar, que se destaca como um espaço de grande pluralidade de ideias, crenças e religiões. Além disso, o ambiente escolar é caracterizado por sua natureza democrática, inserindo-se nesse contexto o Ensino Religioso (ER). Nesse sentido, o conhecimento científico surge com o propósito de investigar uma determinada temática e buscar soluções para os problemas identificados.



Assim, esta pesquisa tem como objetivo entender como o Ensino Religioso Laico, à luz da BNCC, impacta a prática docente na disciplina. O estudo busca analisar e interpretar como o documento da BNCC aborda o Ensino Religioso Laico, relacionando suas diretrizes e orientações ao desenvolvimento da prática docente. A BNCC estabelece que o ensino religioso deve ser tratado com base em princípios éticos e científicos, sem favorecer qualquer crença ou convicção específica. Essa abordagem é crucial para assegurar que o ensino religioso contribua para a formação integral dos estudantes, promovendo o respeito às diferenças e o reconhecimento das diversas identidades culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira. Entre as competências específicas para o ensino religioso definidas pela BNCC, destacam-se: conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições religiosas e filosofias de vida; compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida; conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; analisar as relações entre tradições religiosas e campos como cultura, política, economia, saúde, ciência e tecnologia; debater e posicionar-se frente a discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso. Essas diretrizes visam garantir que o ensino religioso não seja utilizado como uma ferramenta de proselitismo, mas sim como um meio de promover o diálogo inter-religioso, a convivência democrática e a cidadania.

A inclusão do ensino religioso na BNCC tem um impacto significativo na prática docente. Os professores de ensino religioso enfrentam o desafio de adaptar suas práticas pedagógicas para refletir uma abordagem laica e inclusiva, que respeite a diversidade religiosa e cultural dos alunos. Isso exige uma formação continuada que forneça aos docentes conhecimentos teóricos e metodológicos para abordar o fenômeno religioso de maneira crítica e inclusiva. A BNCC também enfatiza a importância de desenvolver materiais didáticos que reflitam a pluralidade religiosa e cultural do Brasil. Esses materiais são essenciais para garantir que o ensino religioso contribua



efetivamente para a formação integral dos alunos, promovendo o respeito às diferenças e a convivência democrática.

2. Referencial Teórico

2.1 Ensino Religioso e a BNCC

Atualmente, o Ensino Religioso, reconhecido como um direito constitucional, está sendo amplamente debatido em diversos espaços formais e informais do campo educacional. As questões emergentes desse ensino, como tolerância, diversidade, respeito e reconhecimento, devem ser abordadas de forma contextualizada, refletindo, sobretudo, os processos que geram desigualdades e discriminações religiosas (Santos, 2020).

No que tange aos espaços de discussão sobre o Ensino Religioso, é essencial destacar as mobilizações do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER). Esta associação civil, ao longo de seus 25 anos de atuação, tem trabalhado para efetivar o Ensino Religioso de maneira que este respeite a diversidade religiosa nas escolas. O FONAPER tem feito inúmeras contribuições para o Ensino Religioso; neste texto, abordaremos alguns fatos inéditos e históricos que são fundamentais para entender como o Ensino Religioso dialoga com a diversidade religiosa nas diferentes culturas e sociedades, e como ele se constitui nos sistemas de ensino brasileiros atualmente (Santos, 2020).

O FONAPER desempenhou um papel crucial na alteração do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96), que resultou na publicação da Lei nº 9.475/1997. Esta lei estabelece que o Ensino Religioso deve promover o respeito à diversidade religiosa, proibindo qualquer forma de proselitismo. Nesse contexto, o FONAPER elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) para auxiliar os professores da educação básica a trabalhar conteúdos e metodologias



específicas sobre os estudos do fenômeno religioso, promovendo o respeito às diferenças e à diversidade religiosa (Santos, 2020).

Embora os PCNER não tenham sido oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), esse documento foi fundamental para redefinir a identidade do Ensino Religioso e dos professores que o ministram. Ele trouxe à tona discussões sobre a diversidade religiosa no contexto escolar, baseando-se nos conhecimentos produzidos nos cursos de licenciatura em Ciências da Religião (utilizamos essa terminologia para abranger as diversas nomenclaturas existentes no Brasil para esse campo de estudo) (Santos, 2020).

Nos últimos anos, diversas pesquisas e estudos foram desenvolvidos em torno do Ensino Religioso, focando nas políticas curriculares de formação e prática de ensino. Esses estudos fortaleceram os debates sobre políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Após sua inclusão, exclusão e posterior reintegração, o Ensino Religioso foi reconhecido na versão homologada da BNCC em 2017 como uma área de conhecimento e, simultaneamente, como um componente curricular (Santos, 2020).

No final de 2018, o Ensino Religioso alcançou mais uma conquista com a aprovação pelo MEC das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de licenciatura em Ciências da Religião. Essa aprovação foi resultado das mobilizações do FONAPER, em conjunto com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE) e outros especialistas. Assim, o curso de licenciatura em Ciências da Religião passou a ser responsável pela formação docente, proporcionando uma formação teórica, metodológica e pedagógica consistente, articulada com o campo das Ciências da Religião e da Educação (BRASIL, 2018) (Santos, 2020).

Nessa conjuntura, utilizaremos a nomenclatura "Ciências da Religião" em conformidade com as DCNs. Este cenário é crucial para a análise do Ensino Religioso como parte das Ciências da Religião, aplicado e articulado



com as DCNs e a BNCC. Pesquisadores como Sérgio Junqueira (2019; 2020), Elcio Cecchetti (2020; 2021) e Gilbraz Aragão (2018; 2020) têm contribuído significativamente para essas discussões. As recentes discussões sobre o Ensino Religioso nos levam a adotar concepções de uma educação laica, pautada em novos sentidos e significados que promovem o respeito, o reconhecimento das identidades dos sujeitos, as subjetividades e as diferenças nas diversidades culturais religiosas (Santos, 2020).

Diante das novas discussões e demandas relacionadas ao Ensino Religioso (ER), é essencial refletir sobre a formação inicial (licenciaturas) e continuada (contextos de práticas) dos professores. Essa reflexão deve ser tanto teórica quanto metodológica, abordando a diversidade religiosa para delinear caminhos possíveis e ações pedagógicas. Isso inclui o acompanhamento na construção e desenvolvimento dos projetos pedagógicos, no planejamento das aulas e na verificação se os conteúdos estão sendo tratados com a perspectiva de conscientização da diversidade religiosa em sua pluralidade de crenças, formas de pensar, agir e viver no mundo. Essas formas podem ser religiosas ou não, mas todas são legítimas, dignas de direitos e devem ser reconhecidas, respeitadas e valorizadas.

Nesse contexto, é importante considerar os debates sobre a diversidade religiosa no componente curricular do Ensino Religioso de maneira pedagógica. Isso implica entender que as ações educativas precisam ser atrativas e criativas, utilizando ferramentas didáticas e metodologias que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem sobre o fenômeno religioso. Refere-se, portanto, a ciclos contínuos de relações dialógicas entre os conhecimentos científicos e práticos, na construção e produção dos conhecimentos escolares. Isso contribui para a função educativa do Ensino Religioso, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Religioso (SANTOS, 2020).



A BNCC (common National Curriculum Base) define um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem básica que todos os estudantes devem desenvolver através das fases e modalidades do Ensino Básico. Este documento garante o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE). A BNCC é uma LDB (Lei 9,394/1996), conforme definida no artigo 1, Parágrafo 1, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2018, P. 7) pautada por princípios éticos, políticos e estéticos voltados à formação de um ser humano integrado e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Portanto, a BNCC deve servir de base para a elaboração do currículo escolar, promover a formação integral dos alunos e garantir todos os direitos garantidos por documentos oficiais relacionados à educação. É essencial refletir sobre o conceito de BNCC com um currículo integrado centrado no aluno que se concentre na melhoria da sua identidade cultural. A BNCC incluirá a discussão e reflexão sobre a forma como o currículo escolar deve ser construído, como aplicá-lo e como avaliar os alunos, e permitirá aos professores refletir sobre todas as peculiaridades no contexto da diversidade existente, com base nas orientações das normativas. Segundo Cury, Reis e Zanardi (2019), a BNCC servirá de referência para a construção curricular e adaptação de todas as redes educativas do país, permitindo que redes e escolas elaborem metodologias educativas, abordagens pedagógicas e avaliações que incluam elementos de diversidade regional.

Em 2017, o Ministério da Educação aprovou a nova BNCC, que inclui a educação religiosa como área de conhecimento do ensino primário. Este foi um marco histórico e foi a primeira vez que a União emitiu orientações curriculares que definem unidades curriculares, disciplinas de conhecimentos e competências relacionadas com o ensino religioso. A inclusão do ensino religioso na BNCC enfrentou muito debate e mobilizou a participação de



cidadãos e grupos religiosos. Após vários diálogos, audições e petições, tornou-se possível reintegrar a educação religiosa na BNCC.

De acordo com a BNCC (2018), a educação religiosa visa desenvolver competências e capacidades que contribuam para a aprendizagem de conhecimentos religiosos contextualizados, promovam o direito à liberdade de consciência e de crença, promovam o diálogo entre diferentes perspectivas religiosas e promovam o respeito pela liberdade e Cidadania. O RE deve tratar o conhecimento religioso com base em pressupostos éticos e científicos, e abordagem de diversas culturas e tradições religiosas, bem como filosofia de vida SECULAR, sem crenças e crenças específicas privilegiadas (BRASIL, 2018, P. 436).

A inclusão do ensino religioso na BNCC teve um impacto significativo na prática educativa. Os professores de educação religiosa enfrentam o desafio de adaptar as suas práticas de ensino para refletir uma abordagem secular e inclusiva que respeite a diversidade religiosa e cultural dos alunos. Para tal, é necessária uma formação contínua que proporcione aos professores conhecimentos teóricos e metodológicos para abordar os fenómenos religiosos de forma crítica e abrangente. A BNCC também salienta a importância do desenvolvimento de materiais educativos que reflitam o plural religioso e cultural do Brasil. Estes materiais são essenciais para que a educação religiosa contribua eficazmente para a formação da unidade dos estudantes e promova o respeito pelas diferenças e a coexistência Democrática.

Aragão e Sousa (2018) afirmam que o Ensino Religioso na BNCC traduz pedagogicamente os conhecimentos das Ciências da Religião, articulados em unidades temáticas que tratam de identidades e alteridades, transcendência, manifestações religiosas, conhecimentos simbólicos e espirituais, crenças religiosas e filosofias de vida, práticas éticas religiosas e não religiosas (ARAGÃO; SOUZA, 2018, p. 52).



Portanto, é evidente a necessidade de um modelo de Ensino Religioso que priorize a tolerância, promova a cidadania e a equidade, e não se baseie em práticas catequéticas. Esse modelo deve ser fundamentado nas ciências da religião e nas da educação, objetivando uma prática pedagógica consistente que envolva os estudantes e ultrapasse as denominações religiosas.

2.2 A Transição de Ensino Confessional para a Laicidade

A transição do ensino religioso confessional para uma perspectiva laica, conforme delineado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representa uma mudança significativa na abordagem educacional no Brasil. Historicamente, o ensino religioso no país esteve fortemente vinculado ao catolicismo, refletindo a influência predominante da Igreja Católica no sistema educacional. Essa abordagem confessional, no entanto, não contemplava a diversidade religiosa presente na sociedade brasileira, resultando em práticas pedagógicas que muitas vezes excluía outras tradições religiosas.

Desde a colonização do Brasil, a Igreja Católica desempenhou um papel central na educação, com os jesuítas estabelecendo as primeiras escolas e promovendo a catequese dos indígenas e colonos. O modelo confessional de ensino religioso, portanto, esteve intrinsecamente ligado à missão da Igreja de converter e doutrinar a população na fé católica. Essa abordagem persistiu ao longo dos séculos, consolidando-se durante o período imperial e continuando a influenciar o sistema educacional mesmo após a proclamação da República. No período republicano, a Constituição de 1891 estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, mas o ensino religioso continuou a ser oferecido de forma confessional em muitas escolas públicas e privadas. A Constituição de 1934, por sua vez, reafirmou o caráter facultativo do ensino religioso, mas permitiu que ele fosse ministrado de acordo com as confissões



religiosas dos alunos, perpetuando a influência confessional. Essa situação se manteve até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96.

A LDB nº 9.394/96 e sua subsequente alteração pela Lei nº 9.475/97 marcaram um ponto de inflexão na história do ensino religioso no Brasil. Essas leis estabeleceram que o ensino religioso deveria ser oferecido como disciplina facultativa nas escolas públicas de ensino fundamental, mas proibiram qualquer forma de proselitismo. No entanto, ainda faltavam diretrizes claras para garantir uma abordagem verdadeiramente laica e pluralista. A criação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) em 1995 foi um passo importante para a redefinição do ensino religioso no Brasil. O FONAPER, composto por educadores, pesquisadores e representantes de diversas tradições religiosas, buscou promover um ensino religioso que respeitasse a diversidade religiosa e cultural do país. Em 1997, o FONAPER elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER), que propunham uma abordagem não confessional, centrada no estudo do fenômeno religioso e no respeito aos direitos humanos e à cultura da paz.

A homologação da BNCC em 2017 representou a consolidação dos esforços para promover uma abordagem laica no ensino religioso. A BNCC estabelece que o ensino religioso deve ser tratado com base em pressupostos éticos e científicos, sem privilegiar nenhuma crença ou convicção específica. Essa abordagem visa garantir que o ensino religioso contribua para a formação integral dos estudantes, promovendo o respeito à diversidade religiosa e fomentando a convivência democrática e cidadã. A BNCC define unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades relacionadas ao ensino religioso, que devem ser abordados de maneira inclusiva e pluralista. Entre as competências específicas para o ensino religioso destacam-se: conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições religiosas e filosofias de vida; compreender, valorizar e respeitar as manifestações



religiosas e filosofias de vida; conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; analisar as relações entre tradições religiosas e campos como cultura, política, economia, saúde, ciência, tecnologia e meio ambiente; debater e posicionar-se frente a discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso.

Apesar dos avanços representados pela BNCC, a transição para uma abordagem laica no ensino religioso enfrenta diversos desafios. Muitos professores ainda carecem de formação específica para lidar com a diversidade religiosa de maneira crítica e inclusiva. Além disso, a resistência de alguns setores da sociedade que defendem uma abordagem confessional continua a ser um obstáculo significativo. Para superar esses desafios, é essencial investir na formação continuada dos professores, proporcionando-lhes conhecimentos teóricos e metodológicos que os capacitem a abordar o fenômeno religioso de maneira crítica e inclusiva. Desenvolver materiais didáticos que reflitam a pluralidade religiosa e cultural do Brasil também é crucial para garantir que o ensino religioso contribua efetivamente para a formação integral dos alunos.

A transição do ensino religioso confessional para uma perspectiva laica, conforme delineado pela BNCC, representa um avanço significativo para a educação brasileira. No entanto, a implementação dessa abordagem ainda requer esforços contínuos para garantir que o ensino religioso respeite a diversidade religiosa e promova a convivência democrática e cidadã. A BNCC oferece uma base sólida para a construção de um ensino religioso que valorize a diversidade e promova a paz, mas cabe aos educadores, gestores e à sociedade como um todo transformar essa visão em realidade.



2.3 A Importância da BNCC na Promoção da Laicidade

A inclusão do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, foi um marco histórico para a educação brasileira. Pela primeira vez, a União emitiu diretrizes curriculares que definem as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades relacionadas ao ensino religioso. A BNCC estabelece que o ensino religioso deve ser tratado com base em pressupostos éticos e científicos, sem privilegiar nenhuma crença ou convicção específica, abordando os conhecimentos religiosos a partir das diversas culturas e tradições religiosas, bem como filosofias seculares de vida. Essa abordagem laica é fundamental para promover a tolerância, o respeito às diferenças e o reconhecimento das diversas identidades culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira. A BNCC busca garantir que o ensino religioso contribua para a formação integral dos estudantes, fomentando a convivência democrática e cidadã.

A importância da BNCC na promoção da laicidade deve ser entendida no contexto histórico e legal do Brasil. Historicamente, o ensino religioso no país foi marcado por uma abordagem confessional, predominantemente católica, que não refletia a diversidade religiosa da sociedade brasileira. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e sua subsequente alteração pela Lei nº 9.475/97, o ensino religioso passou a ser facultativo nas escolas públicas, mas ainda faltavam diretrizes claras para garantir uma abordagem laica e pluralista. A criação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) foram passos importantes para redefinir a identidade do ensino religioso no Brasil. Esses esforços culminaram na inclusão do ensino religioso na BNCC, que estabeleceu diretrizes curriculares claras para a disciplina, promovendo uma abordagem laica e inclusiva.



A BNCC define que o ensino religioso deve ser tratado com base em pressupostos éticos e científicos, sem privilegiar nenhuma crença ou convicção específica. Essa abordagem é fundamental para garantir que o ensino religioso contribua para a formação integral dos estudantes, promovendo o respeito às diferenças e o reconhecimento das diversas identidades culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira. Entre as competências específicas para o ensino religioso estabelecidas pela BNCC, destacam-se: conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições religiosas e filosofias de vida; compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida; conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; analisar as relações entre tradições religiosas e campos como cultura, política, economia, saúde, ciência, tecnologia e meio ambiente; debater e posicionar-se frente a discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso. Essas diretrizes visam garantir que o ensino religioso não seja utilizado como ferramenta de proselitismo, mas sim como um meio de promover o diálogo inter-religioso, a convivência democrática e a cidadania.

A inclusão do ensino religioso na BNCC tem um impacto significativo na prática docente. Os professores de ensino religioso são desafiados a adaptar suas práticas pedagógicas para refletir uma abordagem laica e inclusiva, que respeite a diversidade religiosa e cultural dos alunos. Isso requer uma formação continuada que proporcione aos docentes conhecimentos teóricos e metodológicos para abordar o fenômeno religioso de maneira crítica e inclusiva. A BNCC também destaca a importância de desenvolver materiais didáticos que reflitam a pluralidade religiosa e cultural do Brasil. Esses materiais são essenciais para garantir que o ensino religioso contribua efetivamente para a formação integral dos alunos, promovendo o respeito às diferenças e a convivência democrática.

A abordagem laica do ensino religioso, conforme delineada pela BNCC, é fundamental para promover a tolerância e o respeito às diferenças. Ao



tratar os conhecimentos religiosos com base em pressupostos éticos e científicos, a BNCC busca garantir que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica e respeitosa das diversas tradições religiosas e filosofias de vida. Essa abordagem é essencial para combater a intolerância e a discriminação religiosa, promovendo uma cultura de paz e respeito mútuo. Ao fomentar o conhecimento e o respeito pelas diversas tradições religiosas, a BNCC contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as identidades culturais e religiosas são reconhecidas e valorizadas.

A BNCC busca garantir que o ensino religioso contribua para a formação integral dos estudantes, fomentando a convivência democrática e cidadã. Ao promover o respeito à diversidade religiosa e cultural, a BNCC ajuda os alunos a desenvolverem competências essenciais para a convivência em uma sociedade plural e democrática. Além disso, a BNCC incentiva os alunos a analisarem as relações entre tradições religiosas e outros campos do conhecimento, como cultura, política, economia, saúde, ciência, tecnologia e meio ambiente. Essa abordagem interdisciplinar enriquece a formação dos alunos, preparando-os para atuar de maneira ética e responsável em uma sociedade complexa e interconectada.

Apesar dos avanços representados pela BNCC, a promoção da laicidade no ensino religioso enfrenta diversos desafios. Muitos professores ainda carecem de formação específica para lidar com a diversidade religiosa de maneira crítica e inclusiva. Além disso, a resistência de alguns setores da sociedade que defendem uma abordagem confessional continua a ser um obstáculo significativo. Para superar esses desafios, é essencial investir na formação continuada dos professores, proporcionando-lhes conhecimentos teóricos e metodológicos que os capacitem a abordar o fenômeno religioso de maneira crítica e inclusiva. Desenvolver materiais didáticos que reflitam a pluralidade religiosa e cultural do Brasil também é crucial para garantir que



o ensino religioso contribua efetivamente para a formação integral dos alunos.

A inclusão do ensino religioso na BNCC representa um avanço significativo para a educação brasileira, promovendo uma abordagem laica que respeita a diversidade religiosa e cultural da sociedade. A BNCC oferece uma base sólida para a construção de um ensino religioso que valorize a diversidade e promova a paz, mas a implementação dessa abordagem requer esforços contínuos para garantir que o ensino religioso contribua efetivamente para a formação integral dos alunos. Cabe aos educadores, gestores e à sociedade como um todo transformar essa visão em realidade, promovendo uma educação que valorize a diversidade e a convivência democrática.

3. Metodologia

A metodologia empregada analisa a doutrina pertinente ao tema, com o intuito de construir um panorama completo e atualizado da questão. Através dessa análise, buscamos contribuir com sugestões e recomendações à unidade de ensino pesquisada, na perspectiva da manutenção das celebrações culturais, valorização da cultura local e na promoção do diálogo inter-religioso.

4. Resultados e Discussões

A transição do ensino religioso confessional para uma abordagem laica, conforme delineado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representa um avanço significativo na promoção do respeito à diversidade religiosa e na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva no Brasil. A BNCC estabelece diretrizes que visam garantir que o ensino religioso seja tratado com base em pressupostos éticos e científicos, sem privilegiar



nenhuma crença ou convicção específica, promovendo o diálogo inter-religioso e a convivência democrática. Essa mudança é essencial para assegurar que o ensino religioso contribua para a formação integral dos estudantes, fomentando a tolerância, o respeito às diferenças e o reconhecimento das diversas identidades culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira.

Os desafios enfrentados na implementação dessa abordagem laica são consideráveis. A falta de formação específica para os professores, a escassez de materiais didáticos que reflitam a pluralidade religiosa e cultural do Brasil, e a resistência de setores da sociedade que ainda defendem uma abordagem confessional são obstáculos que precisam ser superados. Para isso, é essencial investir na formação continuada dos docentes, desenvolver materiais didáticos adequados e promover o diálogo e a conscientização sobre a importância da laicidade no ensino religioso.

A adoção de uma abordagem laica no ensino religioso tem implicações significativas para a formação dos alunos. Ao promover o respeito à diversidade religiosa e a cultura da paz, o ensino religioso laico contribui para o desenvolvimento de competências essenciais para a convivência democrática, como a empatia, o respeito, a tolerância e a responsabilidade social. Além disso, oferece uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno religioso, enriquecendo a formação acadêmica e pessoal dos alunos e preparando-os para atuar de maneira ética e responsável em uma sociedade plural e democrática.

5. Conclusão

Embora este estudo tenha abordado de maneira abrangente a transição do ensino religioso confessional para uma perspectiva laica conforme a BNCC, há várias áreas que merecem investigação adicional. Futuros estudos poderiam explorar: a formação continuada de professores,



investigando programas de formação continuada que se mostrem eficazes na capacitação de professores para abordar a diversidade religiosa de maneira crítica e inclusiva. Analisar quais metodologias e conteúdos são mais efetivos na preparação dos docentes.

Por sua vez, buscando investigar as percepções dos alunos sobre o ensino religioso laico. Avaliar como essa abordagem influencia suas atitudes em relação à diversidade religiosa e à convivência democrática. A resistência e a conscientização social buscam analisar as formas de resistência à implementação da BNCC no ensino religioso e desenvolver estratégias para promover a conscientização sobre a importância da laicidade. Estudar o papel das comunidades escolares e da sociedade civil nesse processo.

Por fim, comparar a abordagem do ensino religioso laico no Brasil com outros países que possuem contextos religiosos e educacionais semelhantes. Identificar lições aprendidas e práticas bem-sucedidas que possam ser adaptadas ao contexto brasileiro.

A continuidade da pesquisa nessa área é crucial para garantir que o ensino religioso no Brasil evolua de maneira a promover a convivência democrática, o respeito à diversidade e a formação integral dos estudantes. A implementação eficaz das diretrizes da BNCC depende de um esforço conjunto de educadores, gestores, formuladores de políticas públicas e da sociedade como um todo.



Referências

ARAGÃO, Gilbraz; SOUSA, R. O Ensino Religioso na BNCC: Desafios e Perspectivas. *Educação em Revista*, v. 34, n. 2, p. 45-62, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 dez. 2024.

CURY, Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: é currículo prescrito ou documento norteador?. *Rev. Espaço do Currículo* (online), João Pessoa, v.12, n.3, p. 431-433, set/dez. 2019..

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO - FONAPER. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino religioso. 9. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso. Curitiba: InterSaberes, 2019.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2020.

SANTOS, Mirinalda Alves Rodrigues dos. O que dizem sobre currículo? IMPLICAÇÕES E referencialidades para o Ensino Religioso e a(s) Ciência(s)



da(s) Religião(ões) In: *Religião em suas diversas Faces*, v.2.1 ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, v.2, p. 201-222.

SILVA, Cristiane R. Da. *Do Confessional à Laicidade: Perspectivas do Ensino Religioso à Luz da BNCC*. Vitória: Faculdade Unidade de Vitória, 2024.